

MANUAL DE PRÁTICAS **ESG**

um guia a favor dos
suprimentos responsáveis

ESG



Embaixada da Suécia
Brasília



MANUAL DE PRÁTICAS **ESG**

**um guia a favor dos
suprimentos responsáveis**



**Embaixada da Suécia
Brasília**



EXPEDIENTE

MANUAL DE PRÁTICAS ESG

um guia a favor dos
suprimentos responsáveis
Uma publicação do Comitê ESG
Swedcham - Câmara de Comércio
Sueco-Brasileira com apoio da
Embaixada da Suécia
no Brasil

Produção: **Estúdio Anadarco**
www.anadarco.com.br
contato@anadarco.com.br
Coordenação e redação: **Karin Vecchiatti**

Abril de 2024

EMBAIXADA DA SUÉCIA NO BRASIL

Embaixadora: **Karin Wallensteen**
Chefe de Assuntos Econômicos,
Comércio e Promoção: **Jonas Montpaz**

SWEDCHAM BRASIL

Diretor Executivo: **Jonas Lindström**
Gerente de eventos: **Viviane Ringbäck**
Estagiária: **Josephine Lindberg**

COMITÊ ESG- SWEDCHAM

Coordenadora: **Karin Vecchiatti**

Participaram dos debates
para a construção deste Manual:
AAK: **Bianca Miranda**
ABB: **Verena Gonçalves, Edmilson
Pereira**
Alfa Laval: **Albert Varadi**
Atlas Copco: **Fabio Amiti, Carlos
Ribeiro**
Autoliv: **Patricia Coimbra, Miriam
Araújo**
Elecrolux: **Renata Silva, João Zeni**
Epiroc: **Georgia Silva, Debora
Bonadio**
Quant: **Ricardo Perroni, Edileide
Peruna, Maximiliano Cerveny**
Scania: **Patricia Acioli, Fabricia
Morais**
Tetra Pak: **Fernando Paraizo**

Agradecimentos: **Aline Feistler**

SWEDCHAM - CÂMARA DE COMÉRCIO SUECO-BRASILEIRA

Rua Oscar Freire, 379
Sao Paulo, SP - 01426-001
(11) 3066-2550
www.swedcham.com.br
brazil@swedcham.com.br



SUMÁRIO

Prefácio 4

Por que se atentar aos suprimentos responsáveis? 9

Um novo paradigma comercial 10

Responsabilidade compartilhada e geração de valor 13

CAPÍTULO 1

Pilares de um programa de suprimentos responsáveis 16

1. Sinergia local-global 18

1.1 A importância das diretrizes internacionais 20

1.2 Diminuir riscos para empresa, setor e sociedade 26

2. Responsabilidade compartilhada: treinamento, monitoramento, ajustes 29

2.1 Estabelecer uma comunicação clara e eficaz 30

2.2 Definir avaliação de desempenho coerente 32

2.3 Contribuir para a resolução de não-conformidades 33

2.4 Estímulo a fornecedores 35

3. Formalização de um programa de suprimentos responsáveis 38

4. Uma palavra sobre direitos humanos 40

CAPÍTULO 2

Gestão de recursos naturais 44

1. Descarbonização das cadeias produtivas 46

- 1.1 Insumos que emitem menos GEE 47
- 1.2 Atenção aos processos produtivos de fornecedores 48
- 1.3 Controle das emissões de GEE na logística 49
- 1.4 Mercado livre de energia elétrica 50
- 1.5 Participação no Carbon Disclosure Project 51

2. Redesenho dos processos de extração e consumo de recursos naturais 53

- 2.1 A natureza como stakeholder: uma nova definição de qualidade 53
- 2.2 Dinâmicas socioambientais responsáveis 60
- 2.3 Transparência e cooperação na gestão de matérias primas 61
- 2.4 Produtos com o menor impacto possível 64

3. Por uma governança colaborativa 69

PREFÁCIO

O Comitê ESG da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira tem trabalhado para compartilhar informações entre empresas com o objetivo de tornar mais acessível a implementação de processos produtivos e práticas empresariais que atendam à agenda da sustentabilidade ambiental, da responsabilidade social e da ética na governança. Um dos temas sobre o qual o Comitê tem se debruçado é a responsabilidade nas cadeias de suprimentos.

O tema *responsible sourcing* abrange compras sustentáveis, transparência nas relações comerciais, treinamento de fornecedores, redesenho dos processos de extração e consumo de recursos naturais, entre tantos outros tópicos (sem a intenção de esgotá-los) abordados neste Manual. Certamente, são assuntos que nos próximos anos tenderão a redefinir as cadeias de valor.

Os exemplos apresentados fazem parte da dinâmica de empresas multinacionais suecas, em sua maioria indústrias, mas certamente podem ser inspiradores para outras empresas, independente do porte ou área de atuação. Recomendações podem ser adaptadas para diferentes setores ou localidades. Um convite, portanto, é feito para organizações diminuírem consideravelmente os impactos negativos e fomentarem aspectos positivos e sustentáveis ao longo de suas cadeias.

Desejamos uma ótima leitura!

Karin Vecchiatti
Comitê ESG Swedcham

As seguintes empresas suecas atuantes no Brasil contribuíram para a elaboração deste Manual por meio de entrevistas, mesas redondas e compartilhamento de documentos públicos. Cada uma fomenta determinados aspectos da responsabilidade na cadeia produtiva em que atua.



Introdução

POR QUE SE ATENTAR AOS SUPRIMENTOS RESPONSÁVEIS?

Por que se atentar aos suprimentos responsáveis?

O enfrentamento da crise climática e a necessidade de se desenvolver uma economia menos exploratória da natureza e das pessoas têm estimulado a implementação de programas, ações e regulamentações que necessariamente requerem, por parte das empresas, a criação de estratégias capazes de dar conta de uma grande variedade de desafios como:

- redução da emissão de gases de efeito estufa;
- diminuição da dependência de combustíveis fósseis nos ciclos produtivos;
- menor exploração no uso e ocupação do solo;
- redução na geração de resíduos;
- implantação de estratégias de economia circular;
- menor utilização de produtos tóxicos à vida humana e silvestre;
- investimento em tecnologias com maior eficiência energética;
- maior utilização de fontes renováveis de energia;
- proteção à biodiversidade, entre tantos outros.

Uma das maneiras das organizações atingirem resultados palpáveis no enfrentamento da crise climática é promoverem mudanças ao longo de suas cadeias de suprimentos. Mudanças

positivas nessa agenda podem ser alcançadas na medida em que as organizações se atentam para além de seus muros e criam elos de responsabilidade compartilhada entre clientes e fornecedores.

- Quando as empresas se dão conta de que a maneira como
- foram construídas as cadeias de suprimentos globais
- é parte fundamental dos problemas ambientais e das
- desigualdades sociais, melhorias tangíveis podem ser
- implementadas por meio de estratégias de responsabilidade.

Ações em torno do *responsible sourcing* podem ser importantes instrumentos de análise e implementação de estratégias no enfrentamento da crise climática e na promoção da justiça social, uma vez que ajudam a criar, entre as empresas, um ambiente institucional favorável ao exercício de padrões e exigências de sustentabilidade. Este é o assunto abordado neste Manual: a criação de cadeias de suprimentos mais responsáveis e sustentáveis, tanto do ponto de vista social, quanto ambiental.

Um novo paradigma comercial

- O investimento necessário para a transição rumo a uma
- economia menos exploratória da natureza e das pessoas
- pode atualmente parecer bastante alto. Mas os custos da
- crise climática serão ainda maiores se as organizações
- não se adequarem às mudanças.

Voltar a atenção das empresas para a criação de programas de suprimentos responsáveis pode estimular os atores de diferentes cadeias produtivas a desenvolverem novas métricas de gestão que não se limitam aos resultados financeiros, mas que avaliam o êxito dos negócios também a partir de parâmetros de *stewardship*, de cuidado e atenção a diversos *stakeholders*, sendo a natureza um dos principais.

Nesse sentido, suprimentos responsáveis ou *responsible sourcing* não é assunto de um único departamento ou empresa. Depende da responsabilidade compartilhada em uma cadeia de valor. Tal responsabilidade precisa ser demandada, administrada, padronizada, executada e melhorada por diversos *players*: desde fornecedores, comerciantes, manufaturas, prestadores de serviços e sistemas de logística, a compradores, varejistas, investidores, funcionários e consumidores.

- *Responsible sourcing* pode ser entendido como transações
- comerciais que apresentam os impactos sociais, ambientais
- e de governança o mais positivos possíveis sobre todas as
- etapas consecutivas e interligadas de um sistema de bens
- e serviços, desde a aquisição de matéria prima e extração/
- utilização de recursos naturais até a disposição/descarte
- final.

É importante notar que, em sua maioria, um programa de suprimentos responsáveis é, até agora, um comprometimento voluntário das empresas ao considerarem e enfatizarem fatores sociais e ambientais em suas relações com fornecedores. O maior

trunfo desses programas, no entanto, pode ser a capacidade de funcionarem como um sistema de *check and balances*, ou “freios e contrapesos” entre as próprias empresas, seus investidores e demais *stakeholders*, redefinindo as regras do jogo de competição, as métricas de sucesso e reputação.

- Quando se almeja construir uma cadeia de suprimentos responsáveis, uma empresa influencia a outra e novas regras do jogo comercial vão sendo implementadas por meio de acordos que, a princípio, podem parecer pequenos e pontuais, mas que ao final acabam sendo muito efetivos.

A criação desse tipo de “regras do jogo” certamente não é novidade para diversos setores. Iniciativas como o *Forest Stewardship Council*, *Aluminum Stewardship Council*, *Electronic Industry Citizenship Coalition*, entre outras tantas, são alguns exemplos de como diferentes indústrias criaram mecanismos para engajar *players* da cadeia em torno do tema da responsabilidade dos processos produtivos e da atenção para com seus fornecedores. São exemplos de como é possível estabelecer e implementar melhores práticas, gerando assim não apenas maior responsabilidade ambiental, trabalho digno e transparência, como também alguns processos de certificação que ajudam a garantir o cumprimento dessas exigências.

Portanto, quando falamos de suprimentos responsáveis como um novo paradigma comercial capaz de atender a demandas do mundo contemporâneo, estamos criando estratégias por meio da responsabilidade, da atenção e do cuidado, incorporando novos valores no âmbito das transações comerciais.

Responsabilidade compartilhada e criação de valor

A reformulação de cadeias produtivas em torno da responsabilidade está sendo impulsionada por organizações que querem melhorar sua performance ambiental, social e de governança e, como consequência, exigem melhorias nas empresas com quem fazem negócios. Cuidar “apenas” das operações internas de determinada organização torna-se estratégia obsoleta diante da complexidade das interrelações das empresas com demais *stakeholders*: afinal, as operações internas necessariamente dependem de produtos e serviços externos e, por fim, fornecerão produtos e serviços para outras organizações. Como se dão essas transações é o que parece fundamental monitorar por meio de parâmetros como transparência, rastreabilidade, sustentabilidade ambiental e trabalho justo.

- *Responsible sourcing* integra considerações sociais,
- ambientais e éticas na cadeia de suprimentos, assumindo
- compromissos e monitorando a performance social e
- ambiental de todos os *players*.

Diante desse desafio, dez empresas multinacionais de origem sueca atuantes no Brasil¹ contribuíram para a construção deste Manual sugerindo estratégias capazes de impulsionar o planejamento e a gestão responsável em suas cadeias. As contribuições dividem-se em dois grandes tópicos. O primeiro aborda a estrutura necessária para a implementação

1. AAK, ABB, Alfa Laval, Atlas Copco, Autoliv, Epiroc, Electrolux, Quant Service, Scania e Tetra Pak.

da responsabilidade na cadeia produtiva, focando nos pilares necessários para a construção de um programa de suprimentos responsáveis; um desses pilares - a gestão de recursos naturais - merece especial detalhamento por ser crucial para o enfrentamento da crise climática e é abordado no segundo capítulo.

A articulação, adaptação e investimento nesses assuntos são importantes para a consolidação de um programa de suprimentos responsáveis, seja em uma empresa, em um setor ou em uma abordagem entre setores. O que embasa esses processos são três preciosas lições que cada vez mais tornam-se relevantes:

- o mapeamento e compreensão da(s) cadeia(s) em que a empresa está inserida;
- a identificação e mitigação de riscos ambientais, sociais e de governança;
- a capitalização de oportunidades para melhoria.

Capítulo 1

PILARES DE UM PROGRAMA DE SUPRIMENTOS RESPONSÁVEIS

Pilares de um programa de suprimentos responsáveis

1. Sinergia local-global
2. Treinamento, monitoramento, ajustes
3. Formalização de um programa de suprimentos responsáveis
4. Uma palavra sobre direitos humanos

A base para a criação de um programa de suprimentos responsáveis está na construção de relacionamentos próximos, transparentes, férteis e sustentáveis com parceiros comerciais. A criação de um Código de Conduta, a coleta de dados, a análise de risco, a implementação de sessões de treinamento, o monitoramento e a correção de falhas por meio de ajustes e o estímulo às boas práticas são estratégias básicas de qualquer programa.

A definição de um Código de Conduta para Fornecedores pode ser um primeiro passo na construção de uma cadeia de suprimentos responsáveis. O Código de Conduta para Fornecedores é um documento em que a empresa cliente define os princípios e padrões esperados de seus fornecedores. A assinatura de um contrato entre clientes e fornecedores costuma reforçar o comprometimento com o Código de Conduta. O Código não apenas estabelece regras de relacionamento comercial, como

também define a qualidade de produtos e serviços a partir de parâmetros de governança, políticas ambientais e ações sociais.

Um Código de Conduta para Fornecedores bem redigido leva em consideração o fato de que normas ambientais e quadros jurídicos variam amplamente de um país a outro. Diferenças em qualidade de infraestrutura, legislação ou práticas empresariais também podem variar muito dentro de um mesmo país. Por isso torna-se grande desafio manter os mesmos padrões de ética e conduta, de boas práticas ambientais e sociais, onde quer que as empresas atuem.

- As empresas devem encarar o grande desafio de manter
- os mesmos padrões de ética e conduta, de boas práticas
- ambientais e sociais, onde quer que façam negócios.

A **Quant** é uma prestadora de serviços de manutenção industrial e predial, atuando em diferentes segmentos e disciplinas. No Brasil, a diferença de contextos é bastante relevante entre as regiões do país no que se refere à infraestrutura e condições de trabalho. Por isso, é um grande desafio para a **Quant** manter os mais altos requisitos com seus fornecedores, sobretudo porque sua atuação é temporária nas plantas de seus clientes, pois o prazo é determinado através de contratos.

A segurança dos colaboradores é um fator inegociável na **Quant**. Onde quer que atue, os mais altos requisitos de segurança devem ser mantidos, de modo a alcançar o zero acidente. Além da segurança no trabalho, os fornecedores são avaliados com relação à gestão de seus processos, prazos, gerenciamento

interno de subfornecedores, disponibilidade de suporte e gestão de risco.

1. Sinergia local-global

1.1 A importância das diretrizes internacionais

1.2 Diminuir riscos para empresa, sociedade e setor

- A crise climática é uma crise mundial que requer a difusão
- de um pensamento global aplicado a soluções locais. Isso
- demanda uma profunda compreensão de contextos locais
- em constante diálogo com os problemas (globais) que
- atingem a todos.

Um importante paradigma que conduz a redação de códigos de conduta é a criação de relações de confiança e mitigação de riscos a partir da busca por soluções locais para problemas que são comuns a diversos *stakeholders*, em contextos globais e abrangentes, como:

- Gestão ambiental e proteção da natureza, incluindo proteção à biodiversidade e descarbonização dos processos produtivos.
- Respeito aos direitos humanos.
- Princípios éticos que garantem a integridade nos negócios e o comprometimento com a transparência.

Premissas que conectam o local ao global (e vice-versa) podem ser exemplificadas pelo o que a **Alfa Laval** estabeleceu entre 2016 e 2017 para criar relacionamentos responsáveis com seus fornecedores. Os Princípios Empresariais para Fornecedores da Alfa Laval se dividem em quatro pilares:

No **pilar ambiental**, a **Alfa Laval** analisa a política ambiental de seus fornecedores, a emissão de poluentes, a utilização de substâncias perigosas e considera se o fornecedor apresenta planos de emergência e gestão de riscos ambientais. Cada vez mais, os fornecedores devem controlar e/ou buscar eliminar substâncias perigosas em processos de produção, materiais de embalagem e artigos adquiridos (produtos, peças sobressalentes, componentes, materiais e preparações). O cumprimento de leis, regulamentos e normas ambientais aplicáveis é condição básica para que empresas tenham a **Alfa Laval** como seu cliente.

No tema da **Responsabilidade Social**, a **Alfa Laval** estabelece critérios relacionados a direitos humanos, liberdade de associação, trabalho forçado, trabalho infantil/trabalho jovem, horários de trabalho e salários, discriminações, saúde e segurança. O fornecedor deverá garantir o fornecimento de instalações de trabalho seguras e saudáveis e medidas de precaução apropriadas para proteger os funcionários contra riscos relacionados ao trabalho. Esses temas sociais, acrescidos de proteção contra incêndios e descargas severas de poluentes no ambiente são considerados temas críticos pela **Alfa Laval**.

No âmbito da **Integridade Empresarial**, a **Alfa Laval** espera que seus fornecedores desenvolvam ações para combater o suborno e a corrupção, que desenvolvam negócios e concorrência justos e que estejam em ampla conformidade com relação aos minerais de conflito. O fornecedor deverá manter os mais altos padrões de integridade em todas as interações comerciais, independentemente de onde esteja localizado. Toda e qualquer forma de corrupção, como suborno, extorsão ou peculato, é estritamente proibida.

Por fim, no pilar da **Transparência**, a **Alfa Laval** espera que seus fornecedores mantenham uma relação franca de gestão e *compliance*, valorizando a divulgação de informações e comunicação, inclusive com subcontratados, e que estejam atentos a fiscalizações e ações corretivas.

1.1 A importância das diretrizes internacionais

Uma ferramenta que favorece o desenvolvimento da perspectiva global-local nas organizações são as diretrizes internacionais. O olhar para essas diretrizes ajuda a padronizar objetivos e métricas, facilitando a definição e avaliação de ações, como também permite que todos caminhem na mesma direção em busca de soluções. Mesmo nas empresas que não são fornecedoras diretas de multinacionais, a transformação dessas diretrizes em ações de responsabilidade na cadeia de suprimentos ajuda a definir critérios para avaliação de parceiros comerciais.

Algumas das principais diretrizes que regem os Códigos de Conduta das empresas participantes deste Manual e, portanto, contribuem para a definição de seus Códigos de Conduta para Fornecedores são:

- O Pacto Global das Nações Unidas (PG)
- A Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas
- Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos
- Declaração da Organização Internacional do Trabalho

(OIT) sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho
- Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais

A **Atlas Copco**, por exemplo, considera que entre os princípios utilizados para melhorar a atuação dos parceiros de negócios ao longo da cadeia de suprimentos estão as diretrizes internacionais que também regem as atividades do grupo:

1.1.1. Eliminação de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório (PG 4, OIT 29)

Os parceiros de negócios não devem ser submetidos a qualquer trabalho forçado ou involuntário. Essa situação não é tolerada de forma alguma. Isso inclui qualquer trabalho ou serviço realizado por uma pessoa sob ameaças e para os quais ela não ofereceu ajuda voluntariamente. Além disso, esse decreto também proíbe os parceiros de negócios de exigir o depósito de dinheiro ou documentos originais, como passaportes, certificados educacionais e similares, pelos funcionários durante o período de contratação.

1.1.2. Proibição de trabalho infantil (PG 5, OIT 138)

A **Atlas Copco** não aceita trabalho infantil. Os parceiros de negócios precisam tomar medidas preventivas para assegurar a não contratação de funcionários abaixo da idade mínima para admissão no emprego. Isso significa que, a menos que a lei local estipule um limite de idade superior, nenhuma pessoa abaixo da idade de conclusão de escolaridade obrigatória ou com menos de 15 anos (ou 14 quando permitido pela Convenção da OIT nº 138) pode ser contratada. Para menores autorizados, a gerência é responsável

por fornecer as condições e as horas de trabalho e o salário mínimo apropriado para sua idade em conformidade com as leis locais. A idade mínima para trabalhos perigosos é de 18 anos.

1.1.3. Integridade (PG 10, OCDE 9)

Os parceiros de negócios precisam evitar todas as formas de corrupção, incluindo extorsão e suborno. Não pode haver uso de documentos falsos ou outras práticas ilegais nem uso de unidades de produção ou fornecedores não declarados. A **Atlas Copco** exige uma gestão cooperativa e acesso livre às instalações do parceiro de negócios, incluindo instalações fabris. Os parceiros precisam confirmar o compromisso com a concorrência leal e concordar em não entrar em discussões e celebrar contratos com concorrentes referentes a preços, compartilhamento de mercado ou outras atividades semelhantes.

1.1.4. Suporte e respeito aos direitos humanos (PG 1 e PG 2)

Os parceiros de negócios devem apoiar e respeitar os direitos humanos. Eles precisam confirmar que não são cúmplices de abusos de direitos humanos e devem estar em conformidade com as principais diretrizes éticas internacionais que regem o Grupo Atlas Copco.

1.1.5. Eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação (PG 6, OIT 111)

Os parceiros de negócios devem apoiar a igualdade de oportunidades, a justiça e a diversidade e garantir que todos os funcionários sejam tratados estritamente de acordo com suas

habilidades e qualificações em quaisquer decisões relativas ao trabalho, independentemente do grupo étnico, religião, sexo, idade, nacionalidade, deficiência, relacionamento pessoal, filiação sindical e/ou opinião política.

1.1.6. Ambiente de trabalho, condições e instalações de fábrica seguros e saudáveis (OIT 115)

Os parceiros de negócios precisam tornar a segurança dos funcionários uma prioridade. As instalações de trabalho e as condições em fábrica precisam ser ideais para que os funcionários executem suas funções em um ambiente seguro e saudável, incluindo prevenção de incêndios. Para minimizar os riscos, deve haver políticas apropriadas para proteger a saúde e segurança de cada funcionário, treinamento e descrições claras de funções. As instalações devem proteger a dignidade dos funcionários e atender às necessidades de higiene pessoal. Os parceiros de negócios devem tomar medidas apropriadas em nome dos seus funcionários para garantir a segurança e prevenir acidentes e doenças resultantes de más condições no local de trabalho. Isso inclui a disponibilidade de equipamento de primeiros socorros, por exemplo. Espera-se que os parceiros de negócios sigam as regulamentações internacionais, a legislação nacional e as diretrizes locais para tempo de trabalho e salários.

1.1.7. Liberdade de associação e reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva (PG 3, OIT 87)

Os parceiros precisam confirmar que os funcionários estão livres para se comunicar abertamente com a gerência

a fim de resolver problemas relativos à remuneração e local de trabalho. Os funcionários têm o direito de escolher se desejam ou não ser representados por sindicatos com a finalidade de negociação coletiva. A Atlas Copco não tolera a discriminação contra qualquer funcionário que exercer tais direitos.

1.1.8. Iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental e ação climática (PG 8, OCDE 5)

Os parceiros de negócios devem ter, de preferência, um sistema de gestão ambiental ou no mínimo se comprometerem com o desenvolvimento de uma política ambiental que garanta o aperfeiçoamento contínuo do seu próprio desempenho ambiental. Isso inclui o esforço para minimizar o impacto ambiental da produção, digitalização, uso do produto, transporte e descarte de resíduos. Todos os parceiros de negócios devem demonstrar ações para enfrentar o desafio climático, apresentando uma abordagem preventiva para os desafios ambientais e o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis (PG 7 e 9, OCDE 5). Os parceiros de negócios devem conduzir suas operações de maneira a proteger e preservar o meio ambiente, dando a devida atenção para o uso da água e o tratamento de águas residuais, por exemplo. Os parceiros de negócios devem abordar e minimizar os efeitos ambientais negativos resultantes do desenvolvimento, fabricação, distribuição, uso e descarte dos produtos e serviços. Eles também devem confirmar seu compromisso com o desenvolvimento e a promoção de tecnologias de produtos, processos e design ambientalmente sustentáveis.

1.1.9. Conformidade com as listas de itens declaráveis e proibidos da Atlas Copco

A lista de itens proibidos da **Atlas Copco** identifica substâncias que não podem ser usadas em peças, produtos ou matérias-primas entregues à **Atlas Copco** nem em processos de produção. A lista de itens declaráveis contém substâncias cuja utilização deve ser limitada e o conteúdo de qualquer substância listada nos itens entregues à **Atlas Copco** deve ser declarado. Minerais de conflito também são incluídos na lista de Declaráveis. Os parceiros de negócios devem assegurar sua conformidade em relação a essas listas, acompanhar as atualizações das mesmas e informar à **Atlas Copco** caso qualquer substância inclusa seja um problema.

1.2 Diminuir riscos para empresa, sociedade e setor

A atenção para uma sinergia local-global e a defesa de diretrizes internacionais relativas às práticas trabalhistas, aos direitos humanos, ao meio ambiente e à luta contra a corrupção, se traduzem em uma melhor gestão de riscos ambientais e sociais.

- A gestão de riscos ambientais e sociais resulta em maior
- qualidade e produtividade dos fornecedores, como também
- em menor impacto negativo nos processos produtivos e no
- ciclo de vida de produtos.

Para muitas empresas, o termo “risco” significa principalmente riscos para a empresa – risco financeiro, risco de mercado, risco operacional, risco reputacional, etc. As empresas estão preocupadas com sua posição no mercado em relação a seus concorrentes, assim como com sua imagem e existência no longo prazo. Por isso, quando olham para os riscos, normalmente abordam riscos para si próprias. As diretrizes internacionais, no entanto, referem-se à probabilidade de impactos adversos sobre as pessoas, o meio ambiente e a sociedade que são causados por empresas, para os quais contribuem ou aos quais estão diretamente vinculadas. Em outras palavras, trata-se de uma abordagem de risco voltada para o exterior.²

2 <https://mneguidelines.oecd.org/guia-da-ocde-de-devida-diligencia-para-uma-conduta-empresarial-responsavel-2.pdf>

Definir um Código de Conduta para Fornecedores é certamente um importante passo nesse processo. No entanto, é também fundamental ressaltar que sua consolidação não se dá apenas pela assinatura de um contrato. Fazer com que o Código seja implementado de maneira fértil requer diálogo, treinamento, investimento, análise, acordos e fortalecimento de práticas comerciais éticas.

- A implantação de um programa de suprimentos
- responsáveis pode ser desafiadora num primeiro momento,
- tanto para clientes, como para fornecedores. Mas
- quando bem conduzido, o processo é capaz de diminuir
- consideravelmente os riscos para muitos *stakeholders* ao
- longo de toda a cadeia.

O investimento e atenção necessários para a implementação do Código de Conduta do Fornecedor revelam que os desafios ao longo do processo de construção de uma cadeia responsável não necessariamente são resolvidos de forma isolada pelos fornecedores. Nesse sentido, a proximidade com eles por meio do acompanhamento de princípios de fornecimento responsável é importante, não apenas porque gera dados para uma posterior análise de risco, como também por contribuir para a resolução conjunta de problemas identificados.

S-rating Scania

Uma ferramenta para aproximar fornecedores, avaliar seus desempenhos e garantir a conformidade com o Código de

Conduta do Fornecedor, é a Avaliação-S (*S-rating*) proposta pela **Scania**.

O *S-rating* começa com o preenchimento de um questionário de auto avaliação (SAQ) por parte dos fornecedores abordando temas como: Saúde e Segurança, Direitos Humanos e Condições de Trabalho, Meio Ambiente, Ética e Gestão. Esse material é então utilizado para avaliar o risco de sustentabilidade com base em uma pontuação. O SAQ é tanto uma ferramenta de coleta de evidências com base em documentos, quanto um banco de dados.

Os resultados obtidos no SAQ são combinados com índices de risco em sustentabilidade do país/região em que se localiza o fornecedor. Nos casos em que o risco parece elevado, é realizada uma auditoria, que pode ser conduzida por terceiros ou pelos auditores da Scania certificados pela SA8000.

A Avaliação-S (*S-Rating*) é obtida a partir dos 3 fatores citados:

- Desempenho no SAQ (risco de sustentabilidade do fornecedor)
- Fatores de risco país
- Pontuação de auditoria, quando necessária.

A avaliação atribui ao fornecedor uma classificação A/B/C. A classificação é usada como critério de seleção nas decisões de fornecimento.

Aqui no Brasil, a **Scania** gerencia cerca de 450 fornecedores entre Produtivo e Compras Gerais na avaliação de performance em Sustentabilidade (*S-Rating*), que atuam em setores como produção de peças metálicas, peças de motores, produtores de

matéria-prima como aço, ferro e alumínio e também fornecedores que prestam serviços nas instalações e serviços em geral, logísticos e sistemas operacionais.

2. Responsabilidade compartilhada: treinamento, monitoramento, ajustes

2.1 Estabelecer uma comunicação clara e eficaz

2.2 Definir avaliação de desempenho coerente

2.3 Contribuir para a resolução de não-conformidades

2.4 Estimulo a fornecedores

É no desenvolvimento de fornecedores que o sentido da responsabilidade compartilhada adquire grande importância. Se o levantamento de dados e análise de informações é essencial para um mapeamento dos riscos nas cadeias, o desenvolvimento dos fornecedores se caracteriza como um acompanhamento para a diminuição desses riscos. Desenvolver fornecedores (e não apenas cobrar resultados) requer:

- estabelecer uma comunicação clara e eficaz;
- definir avaliação de desempenho coerente;
- contribuir para a resolução de não-conformidades;
- treinar colaboradores;
- promover estímulos.

Vale ressaltar que, ao acompanharem e ajudarem a desenvolver seus fornecedores, as empresas podem melhorar seus próprios desempenhos de sustentabilidade.

- Acompanhar e monitorar fornecedores se traduz em
- desenvolver com esses parceiros as melhores práticas
- ambientais, sociais e de governança, tomando como
- princípio a ideia de que líderes em cada setor precisam agir
- como referência na cadeia de valor da qual fazem parte.

2.1 Estabelecer uma comunicação clara e eficaz

Entender quais as exigências trazidas pelo Código de Conduta nem sempre é tarefa simples, já que vários pontos podem ser definidos de diferentes maneiras por diferentes *stakeholders*. As exigências podem ser difíceis de entender ou podem até mesmo mudar ao longo do tempo. Alguns procedimentos ajudam fornecedores a identificar os vários requisitos e monitorar a conformidade. Sessões e material de treinamento documentadas, contratos, instruções de trabalho, placas e cartazes colocados em pontos estratégicos das instalações da empresa podem favorecer a comunicação eficaz com os profissionais que estão diretamente ligados às áreas de responsabilidade. É importante lembrar que a implementação das medidas exigidas depende justamente desses profissionais.

- Juntamente com o levantamento de dados, a comunicação
- eficaz contribui para a diminuição de riscos e para a
- avaliação de conformidade.

Uma comunicação clara contribui muito para avaliações de conformidade. E para se atingí-la, a **ABB** tem importantes recomendações:

Para entendimento e implementação do Código de Conduta dos Fornecedores da **ABB**, é importante que a empresa fornecedora nomeie formalmente um gestor com a responsabilidade de garantir a conformidade nas áreas de trabalho, meio ambiente, saúde e segurança. Este representante da gestão deve ser uma pessoa sênior, treinada e competente, capaz de compreender as várias exigências e envolver as pessoas certas a fim de garantir a plena implementação das políticas, sistemas e procedimentos da sua empresa relativos à conformidade da sustentabilidade. As responsabilidades desta função têm que ser claramente documentadas e comunicadas a todos os gerentes e supervisores.

As principais responsabilidades dos gestores incluem:

- estabelecimento de uma organização apropriada para gerenciamento de conformidade;
- estabelecimento de sistemas e procedimentos adequados para identificar, analisar e controlar os riscos de conformidade;
- liderança e garantia de competência dos gerentes responsáveis e aconselhamento sobre questões de conformidade.

A empresa fornecedora também deve garantir que todos os certificados e licenças necessários estejam dentro de seus prazos de validade, além de serem plenamente compreendidos e mantidos sob fácil acesso.

2.2 Definir avaliação de desempenho coerente

Comunicações claras facilitam a avaliação de desempenho que, por sua vez, é uma avaliação para verificar se fornecedores estão seguindo o que foi exigido pelo Código de Conduta estabelecido pela empresa cliente.

Durante a avaliação *in loco* dos fornecedores, a **ABB** verifica documentos relevantes (como cartas de nomeação e atas de reunião), registros, permissões, licenças e autorizações para avaliar a conformidade com padrões relevantes, legislação local, convenções internacionais e obrigações contratuais. A **ABB** também entrevista e avalia a competência do gestor de conformidade, membros da equipe de gestão, gerentes, supervisores e trabalhadores, considerando a conscientização das exigências legais aplicáveis e suas implicações nas respectivas áreas de responsabilidade.

A **ABB** fornece autoavaliações aos fornecedores, realiza treinamentos, avaliações no local e projetos especiais para apoiá-los e monitorar seu desempenho, procurando assim garantir que todos estejam alinhados com os mesmos compromissos e obrigações. Os fornecedores mais bem avaliados se tornam preferenciais dentro da ABB, contribuindo com o propósito da empresa de fornecer “Energia e Produtividade para um Mundo Melhor”.

- O desempenho de sustentabilidade é um indicador-
- chave dos processos de qualificação, desenvolvimento e
- avaliação de fornecedores.

Em seus processos de avaliação de fornecedores, a **ABB** também utiliza a plataforma EcoVadis³. Sistemas como o EcoVadis auxiliam no monitoramento e na melhoria do desempenho em sustentabilidade, pois coleta dados e padroniza informações. É praticamente impossível que cada empresa monitore seus fornecedores espalhados por centenas de indústrias e regiões. Afinal, cada indústria tem suas regulações, selos e certificações próprias. Sem uma padronização, é difícil avaliar o desempenho de fornecedores ou comparar os resultados de empresas em relação a seus concorrentes.

Plataformas como a EcoVadis ajudam empresas a estabelecer parâmetros e fomentar melhorias. O sistema avalia sete indicadores de gestão a partir de 21 critérios agrupados em 4 temas: meio ambiente, trabalho e direitos humanos, ética e compras sustentáveis. A metodologia oferece informação relevante para a avaliação de risco e desempenho das indústrias, ajuda a selecionar fornecedores, treinar compradores, planejar lançamentos, integrar processos de compras, fornecedores e revisar de programas.

2.3 Contribuir para a resolução de não-conformidades

Dos cerca de 300 fornecedores da **Alfa Laval** no Brasil, aproximadamente 250 são empresas menores, cuja aceitação de requisitos de responsabilidade tem sido grande. Isso se deve a uma abordagem de não apenas mostrar o defeito, mas de ajudar a melhorar. Mas a empresa também reconhece a dificuldade que

³ <https://ecovadis.com/pt/>

seus fornecedores menores apresentam em auditar terceiras partes. Muitas vezes, por falta de recursos ou de *know how*, não se atinge em profundidade o “fornecedor do fornecedor”. Ao procurar se aproximar das empresas a montante em sua cadeia, a **Alfa Laval** vem trabalhando para mostrar os ganhos ambientais e econômicos ligados à construção de uma cadeia responsável, e assim atingir cada vez mais participantes nesse processo.

A **Alfa Laval** também incentiva seus fornecedores a serem certificados pela ISO 14000, o que facilita os processos de auditoria. Se um fornecedor não for certificado, deve preencher um formulário fornecido pela **Alfa Laval** e apresentar riscos identificados, bem como mostrar ações de melhoria. Essas ações fazem parte do processo de *compliance*.

Nessa mesma linha, a **Epiroc** entende que as não-conformidades devem ser tratadas de maneira proativa e colaborativa, especialmente com pequenos fornecedores que frequentemente carecem de informações e suporte para desenvolvimento ambiental e social. A empresa acredita que, ao compartilhar conhecimento, capacita e apoia seus parceiros a contribuírem de forma positiva com a sociedade. Em vez de excluir fornecedores que necessitam de melhorias, a empresa opta por colaborar para que possam atender aos critérios necessários. A **Epiroc** acredita que sua maior contribuição para a transformação da cadeia produtiva reside em auxiliar parceiros de negócios a avançarem em direção a um futuro sustentável.

- Uma comunicação eficaz também precisa ser mantida na
- eventual identificação de não-conformidades. Isso permite
- impulsionar os princípios da responsabilidade junto a
- outras empresas do setor.

Em paralelo ao acompanhamento e correção de falhas, é também sugerido que as empresas clientes mantenham abertura para a *comunicação* dessas falhas. Nesses casos, a **Alfa Laval** incentiva fornecedores a:

- Garantir que todos os funcionários tenham o direito de relatar preocupações relativas ao cumprimento dos requisitos legais ou das políticas/regras da empresa ao seu empregador, sem medo de represálias;
- Garantir que os trabalhadores tenham um mecanismo para relatar queixas e que facilite a comunicação aberta entre a administração e os trabalhadores;
- Utilizar o mecanismo de reclamação anônima para que gerentes e trabalhadores relatem queixas no local de trabalho;
- Proteger a confidencialidade do denunciante e proibir retaliações.

2.4 Estímulo a fornecedores

Como desdobramento das avaliações de desempenho, estimular e retribuir fornecedores é, sem dúvida, uma estratégia que pode garantir o engajamento de organizações com relação às práticas responsáveis.

- As empresas líderes em uma cadeia podem e devem se
- colocar como referência em sustentabilidade ambiental e
- social e como modelo de transparência e governança. Tal
- postura facilita o estabelecimento de padrões e a criação
- de um ambiente institucional favorável à responsabilidade.

A **Electrolux** adota uma abordagem em que o desempenho conta – avaliações e auditorias de fornecedores são usadas para tomada de decisões e o progresso de melhoria dos fornecedores é sempre integralmente monitorado. Isso apoia o objetivo da empresa de fabricar produtos da mesma forma em toda a sua cadeia global de suprimentos – com respeito pelas pessoas que os fabricam e cuidado com o meio ambiente. Ao longo desse processo, há forte integração entre o desempenho de sustentabilidade e as decisões de compra e suprimentos.

O **Electrolux Supplier Award** é um prêmio que convida os fornecedores a indicarem iniciativas que contribuam para os objetivos de sustentabilidade da **Electrolux**. As inscrições abrangem quatro áreas principais:

- Conformidade com os padrões do local de trabalho do fornecedor Electrolux.
- Materiais reciclados - utilização de materiais reciclados, incluindo plástico.
- Aparelhos mais eficientes - desenvolvimento de peças mais eficientes, como compressores e motores, para reduzir a pegada ambiental de um aparelho durante a sua fase de utilização.
- Operações mais eficientes – melhoria nas operações para redução de emissões e desperdícios.

Em 2021, o vencedor do Prémio Electrolux de Sustentabilidade foi o Grupo CMA-CGM, um fornecedor de serviços de logística oceânica que reformulou a sua estratégia de sustentabilidade nos últimos anos para integrar totalmente as mudanças climáticas na sua agenda. A sua estratégia está bem desenvolvida, com um caminho claro para a redução de 40% de CO₂ até 2030. A empresa tem ainda a meta de se tornar neutro em carbono até 2050.

Em 2023, o vencedor foi Nidec Global Appliance - a empresa compartilha de forma pró-ativa detalhes e o histórico de seu progresso em sustentabilidade e implementou um comitê gestor de materialidade ambiental, social e de governança, demonstrando comprometimento e integração da sustentabilidade em seu próprio negócio.

Como a ABB encoraja fornecedores

Seja um padrão. Torne-se um líder de sustentabilidade antes de envolver seus fornecedores no tema.

Comunique suas expectativas e exigências. Desenvolva seu próprio Código de Conduta dos Fornecedores, com base em normas internacionais e princípios estabelecidos no Código de Conduta dos Fornecedor da ABB.

Forneça assistência aos seus contratados e fornecedores. Convide os representantes dos seus fornecedores para participar de suas sessões de treinamento e aprender sobre seus sistemas de gestão.

Desafie seus contratados e fornecedores sobre o desempenho de sustentabilidade, solicite aos seus fornecedores a comprovação

de conformidade com suas exigências e com o Código de Conduta dos Fornecedores da ABB. Execute as auditorias de fornecedor e monitore a melhoria contínua de seus fornecedores.

3. Formalização de um programa de suprimentos responsáveis

A elaboração de um Código de Conduta por meio de uma perspectiva local-global, a constante coleta de dados para análise de risco, a presença de treinamento, monitoramento e ajustes em casos de não-conformidades e o estímulo a fornecedores formam, quando bem articulados, um programa de suprimentos responsáveis em uma empresa. Essas iniciativas também podem ser adaptadas para programas setoriais ou intersetoriais. Um programa de suprimentos responsáveis ou de *responsible sourcing* é justamente a formalização dessas articulações e ações, seja em uma empresa, setor ou entre setores.

- Fornecedores são extensões das empresas. Um Programa
- de Suprimentos Responsáveis busca gerenciar os tópicos
- relacionados à sustentabilidade em toda a cadeia de
- suprimentos.

Na formalização de um programa, os princípios de *stewardship* (cuidado/atenção) e de responsabilidade compartilhada são de extrema importância em qualquer vertente da transição para uma economia menos exploratória. Esses

princípios permeiam os programas e podem ser resumidos como:

- manter princípios éticos nas relações comerciais e transparência nos sistemas de governança corporativa a favor do desenvolvimento sustentável;
- incorporar o desenvolvimento sustentável na estratégia corporativa e nos processos de tomadas de decisão;
- respeitar os direitos humanos e os interesses, culturas, valores e costumes de funcionários;
- implementar estratégias de gestão de risco efetivas com base na ciência, considerando a percepção de risco de *stakeholders*;
- almejar zerar acidentes e buscar melhoria contínua da performance de saúde e segurança;
- almejar melhoria contínua da performance ambiental, principalmente com relação à transição energética, emissões de carbono e crise climática;
- contribuir para a conservação da biodiversidade e abordagens integradas de planejamento e uso do solo;
- facilitar e apoiar a responsabilidade no design, no uso, reuso, reciclagem e descarte de produtos;
- almejar a melhoria contínua na performance social e contribuir para o desenvolvimento social, econômico e institucional das comunidades e dos países;
- engajar *stakeholders* chave de maneira proativa, aberta e transparente nos desafios e oportunidades do desenvolvimento sustentável, reportando e verificando de forma independente o progresso e a performance.⁴

4 <https://www.icmm.com/en-gb/guidance/mining-metals/2015/demonstrating-value>

4. Uma palavra sobre Direitos Humanos

Uma das principais diretrizes internacionais a influenciar o Código de Conduta das empresas e seus fornecedores é a **Declaração Universal dos Direitos Humanos** e seus desdobramentos em organizações como a **OCDE** (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e a **OIT** (Organização Mundial do Trabalho).

No ano 2000, o **Pacto Global** (uma iniciativa da ONU - Organização das Nações Unidas) trouxe diretrizes para as empresas em relação aos direitos dos trabalhadores, ao meio ambiente, aos direitos humanos e ao combate à corrupção. Em relação aos direitos humanos, o Pacto estabelece que as empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente e devem assegurar-se de que não estão violando esses direitos.

Em 2011, a **ONU** lançou uma publicação sobre direitos humanos nas empresas, um guia para mobilizar a comunidade empresarial em torno de valores fundamentais relacionados à responsabilidade dessas organizações como empregadoras, desde condições de trabalho, questões horário a períodos de descanso semanal, férias e licença médica, recrutamento e rescisão. O material é bastante útil para o treinamento de colaboradores no tema dos direitos humanos.⁵

5 https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/outubro/Cartilha_ver-soimpresso.pdf

Apesar de organizações ainda terem certa dificuldade para enxergar o papel que os direitos humanos têm no seu dia a dia, um número crescente de empresas está se comprometendo com a pauta e mais governos em todas as regiões estão desenvolvendo planos de ação nacionais.

Um outro importante material de referência para entendimento e cumprimento dos direitos humanos nas organizações é o Guia da OCDE de Devida Diligência para uma Conduta Empresarial Responsável. Seu objetivo é fornecer apoio prático às empresas na implementação das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, apresentando informações em linguagem clara sobre suas recomendações de devida diligência. A implementação dessas recomendações ajuda empresas a prevenir e a lidar com os impactos adversos relacionados a direitos trabalhistas, direitos humanos, meio ambiente, combate à corrupção, consumidores e governança corporativa que possam estar associados às suas operações, cadeias de suprimentos e outras relações comerciais.⁶

Em especial, o guia também procura promover um consenso entre governos e partes interessadas sobre a devida diligência para uma conduta empresarial responsável.

Os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, bem como a Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da OIT também contêm recomendações de devida diligência. Trata-se de um

⁶ <https://mneguidelines.oecd.org/guia-da-ocde-de-devida-diligencia-para-uma-conduta-empresarial-responsavel-2.pdf>

comprometimento com a implementação de normas laborais, sociais e ambientais e de direitos humanos em conformidade com parâmetros internacionalmente reconhecidos, a fim de se estabelecer cadeias de fornecimento sustentáveis e inclusivas, ressaltando a responsabilidade das empresas em exercer a devida diligência a este respeito.⁷

⁷ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---multi/documents/publication/wcms_211136.pdf

Capítulo 2

GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

Gestão de recursos naturais

1. Descarbonização das cadeias produtivas
2. Redesenho dos processos de extração e consumo de recursos naturais

- Descontada a ameaça de uma guerra nuclear, há um
- progressivo consenso de que as mudanças climáticas são
- o maior risco sistêmico de todos, tanto por sua improvável
- reversibilidade, quanto pelos efeitos diretos e indiretos
- em todos os setores e regiões, e no sistema financeiro
- global. (...) Os impactos econômicos da pandemia e das
- guerras - que incluem inflação alta, baixo crescimento,
- uma iminente crise da dívida e a volta da fome nos países
- em desenvolvimento, não se comparam aos que ainda
- estão por vir se não agirmos imediatamente para alinhar as
- atividades econômicas e o modo de vida com a segurança
- climática e a proteção da natureza.⁸

Abordamos até agora elementos que formam a estrutura necessária para a construção de um programa de suprimentos responsáveis. Nesta segunda parte do Manual, enfatizamos um ponto crítico de qualquer programa por estar diretamente conectado ao enfrentamento da crise climática: a relação entre empresas e a gestão sustentável dos recursos naturais nas cadeias produtivas.

8. <https://oglobo.globo.com/economia/esg/noticia/2022/06/artigo-como-mitigar-os-riscos-da-tripla-crise-planetaria.ghtml>

Este assunto precisa ser encarado em profundidade por qualquer programa de suprimentos responsáveis. A mudança de *mindset* necessária aos negócios começa com a atenção para a natureza enquanto *stakeholder*: não apenas como fornecedora de insumos e energia, mas sobretudo como pilar de bem estar dos seres vivos no planeta. Nesse sentido, a natureza é um *stakeholder* que demanda e reage, e suas colocações precisam ser seriamente levadas em consideração nas operações produtivas ao redor do mundo.

Seguindo esse raciocínio, esta segunda parte traz exemplos e reflexões sobre duas grandes necessidades:

- a descarbonização e diminuição da dependência de combustíveis fósseis e

- o redesenho da extração e consumo de recursos naturais.

No que se refere à extração e consumo de recursos naturais, várias estratégias de ação coletiva entre empresas e entre empresas e a sociedade são importantes. Os exemplos apresentados sugerem como a criação de elos de responsabilidade compartilhada entre diferentes *stakeholders* pode favorecer a criação de um ambiente institucional favorável à implementação de novos padrões e exigências em sustentabilidade.

1. Descarbonização das cadeias produtivas

- 1.1 Insumos que emitem menos GEE
- 1.2 Atenção aos processos produtivos de fornecedores
- 1.3 Controle das emissões de GEE na logística
- 1.4 Participação no mercado livre de energia elétrica
- 1.5 Participação no *Carbon Disclosure Project*

- Os fornecedores precisam divulgar os seus relatórios
- de emissões de GEE para contribuir com os objetivos de
- sustentabilidade dos seus clientes.

O Manual de Práticas ESG para Pequenas e Médias Empresas publicado pela Swedcham em 2022⁹ apresenta diferentes estratégias para descarbonização de processos produtivos, enfatizando que a atenção para a emissão de gases de efeito estufa (GEE) deve estar em todas as etapas do ciclo de vida de um produto: desde a extração de matérias primas até o descarte, passando pelas emissões geradas no consumo de energia e nas unidades produtivas.

Na publicação atual focada na relação com fornecedores, colocamos atenção em 3 aspectos importantes, que de certa forma complementam o que foi abordado no Manual de 2022:

- a compra de insumos que emitem menos gases de efeito estufa (GEE)
- a diminuição das emissões nos processos logísticos

⁹ https://www.swedcham.com.br/publico/esg/ESG_manual.pdf

- o acompanhamento e envolvimento das organizações com as iniciativas do Carbon Disclosure Project ¹⁰ (CDP).

1.1 Insumos que emitem menos GEE

A produção de aço, alumínio, ferro fundido e de baterias são intensivas na emissão de GEE e representam uma porção significativa da pegada de carbono global da **Scania**. Paralelamente aos esforços para diminuir o impacto do carbono de suas operações e produtos, a empresa também se empenha em diminuir as emissões de gases de efeito estufa ao longo da cadeia. Em parceria com seus fornecedores, a **Scania** desenha uma estratégia ambiciosa para liderar a indústria e eliminar as maiores fontes de emissões de carbono. Esses quatro insumos críticos são, portanto, o foco da estratégia de descarbonização da cadeia de suprimentos da **Scania**.

- A partir de uma análise do ciclo de vida de sua cadeia
- produtiva, a **Scania** identificou pontos críticos: materiais ou
- componentes com grande impacto climático. A partir daí,
- desenvolveu estratégias e metas de descarbonização da
- cadeia para 2030, incluindo metas específicas para cada
- fator crítico. As reduções serão alcançadas através de uma
- série de medidas na produção, incluindo a adoção de novas
- tecnologias, a mudança para energias renováveis e uma
- maior utilização de materiais reciclados.

10. <https://la-pt.cdp.net/>

A meta da **Scania** para 2030 é utilizar baterias 100% verdes, aço 100% verde, alumínio 100% verde e ferro fundido 100% verde em sua produção. "Verde" nestes casos envolve a eliminação das principais fontes de emissões de GEE na produção desses materiais através da utilização de novas tecnologias, eletricidade verde e/ou material reciclado. Nas baterias, por exemplo, o acesso à energia renovável na produção é decisivo. Na produção de aços planos, a substituição do carvão pelo hidrogênio verde é fundamental.

Em 2023, a **Scania** anunciou metas de descarbonização para sua cadeia de suprimentos, tornando obrigatória que até 2030 todas as compras de matérias-primas como aço, alumínio e ferro fundido e de baterias para as operações na Europa sejam ecológicas, ou seja, limpas.

Os movimentos nesta direção já estão acontecendo. No final de 2023, a **Scania** divulgou o seu primeiro pedido de compra de *H2 Green Steel* em uma meta conjunta à SSAB, fabricante de aços de alta resistência. Na mesma linha, em parceria com a Northvolt, desenvolveu uma célula de bateria projetada especificamente para o transporte pesado, com desempenho de categoria internacional e uma pegada de carbono excepcionalmente baixa.

1.2 Atenção aos processos produtivos de fornecedores

Globalmente, a **Alfa Laval** tem projetos para intensificar a compra de matéria-prima de siderúrgicas que emitem menos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera. Diversos desses fornecedores estão se aproximando de emissões zero, pois

mudaram seus processos produtivos, algo que requer grande investimento em uma siderúrgica. No âmbito da siderurgia, tanto a **Alfa Laval**, quanto outras empresas têm demandado o desenvolvimento de tecnologias que eliminem o uso de carvão mineral em seus processos. Siderúrgicas brasileiras fornecedoras para a **Alfa Laval** ainda não investiram em tecnologia para zerar as emissões de carbono, mas diversas estão utilizando de forma crescente a reciclagem: ao invés de usarem matéria-prima virgem, essas empresas têm utilizado matéria-prima reciclada, o que também contribui para diminuição das emissões e menor consumo de recursos naturais.

Para reduzir as emissões de gases de efeito estufa nos próximos dez anos, uma usina brasileira fornecedora da **Alfa Laval** tem como objetivo ampliar o uso de sucata ferrosa como matéria-prima para a produção de aço, expandir sua área florestal responsável pela produção do carvão vegetal, que funciona como biorredutor na fabricação do ferro-gusa, e aumentar o uso de energia renovável através dos parques solares. A empresa também investe em iniciativas de maior eficiência energética e operacional de suas unidades, em novas tecnologias e inovação aberta.

1.3 Controle das emissões de GEE na logística

O controle de emissões de CO₂ na **Electrolux** identificou que a empresa emite mais CO₂ na distribuição dos seus produtos do que é emitido através da energia consumida nas operações do Grupo. Cerca de 300.000 toneladas métricas são emitidas

anualmente através do transporte global de seus produtos por via marítima, aérea e terrestre. Desde 2015, a **Electrolux** reduziu as emissões de CO₂ do transporte terrestre e marítimo em 12% e 29%, respectivamente, objetivando atingir a neutralidade climática em sua logística até 2030.

Além de criar um fórum global para discutir o progresso e as ações capazes de reduzir as emissões logísticas de CO₂, a **Electrolux** também deu início a vários projetos piloto com parceiros logísticos para testar combustíveis renováveis e caminhões elétricos em todo o mundo. Há uma análise contínua para avaliação dos impactos do transporte na emissão de CO₂ e comparação entre benefícios da utilização do transporte ferroviário e intermodal para tomada de decisões. A empresa compartilha seu conhecimento com fornecedores, oferece ferramentas para avaliar a pegada ambiental, define atividades de melhoria adequadas e recompensa o progresso e a proatividade.

1.4 Mercado livre de energia elétrica

No Brasil, a **Autoliv** incentiva seus fornecedores a aderirem ao mercado livre de energia elétrica, capaz de contribuir para a sustentabilidade na geração de energia. Aderir ao mercado livre de energia possibilita que os clientes do Grupo A, que estão conectados em média e alta tensão, comprem energia elétrica de fontes alternativas em relação à concessionária local. Geralmente, neste grupo, se enquadram indústrias ou estabelecimentos comerciais de grande porte. Assim, uma empresa pode negociar com seu (potencial) fornecedor de energia aspectos como o preço

e a quantidade da energia elétrica a ser consumida, sua fonte (ela pode ou não ser renovável) e outras condições comerciais.

Entre os benefícios da compra no mercado livre estão o potencial de economia e a possibilidade de compra de energia de fonte renovável, que reduz as emissões de CO₂ da empresa. (A palavra *possibilidade* é importante, pois nem todas as empresas optam por fontes renováveis).

O programa de certificação de energia renovável no Brasil utiliza principalmente a plataforma de registro e emissão do selo internacional REC Standard, conhecido como I-REC. Neste contexto, o I-REC - "International Renewable Energy Certificate", é um mecanismo internacional com um conjunto de regras para certificar a energia que é produzida a partir de uma fonte renovável. Um gerador de energia renovável que atenda aos requisitos da *International REC Standard* pode buscar a certificação e depois vender os I-RECs gerados para organizações que desejam comprovar que utilizam energia de fonte renovável e compensar suas emissões do escopo 2. Entre os benefícios da compra destes certificados estão aspectos e metas relacionados à estratégia de descarbonização das empresas e sua reputação de forma geral.

1.5 Participação no Carbon Disclosure Project (CDP)

O Carbon Disclosure Project (CDP) é uma organização sem fins lucrativos que coordena o sistema de divulgação global para investidores, empresas, cidades, estados e regiões gerenciarem seus impactos relacionados às emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Em 2021, a **Electrolux** garantiu o compromisso de descarbonização de 281 de seus principais fornecedores de materiais diretos com a divulgação de suas emissões de GEE. Além disso, definiu metas de redução de fornecedores em alinhamento com o Carbon Disclosure Project (CDP). Esses fornecedores são significativos pois correspondem a 78% dos gastos diretos da Electrolux com materiais. O compromisso de descarbonização também foi firmado com 14 empresas de logística globais, que correspondem a 30% do total de emissões da empresa com logística. Com base nessas ações, a Electrolux foi nomeada Líder de Engajamento de Fornecedores pelo CDP em 2021.

A empresa também revisou suas metas até 2030, utilizando como ano base 2021. As novas metas preveem uma redução de 80% nos escopos 1 e 2 (chegando a uma redução total de 97% comparado a 2015) e de 42% em escopo 3, já considerando logística e outras questões que envolvem parcerias e cooperação com a cadeia de fornecimento.

2. Redesenho dos processos de extração e consumo de recursos naturais

- 2.1 A natureza como stakeholder:
 - uma nova definição de qualidade
- 2.2 Dinâmicas socioambientais responsáveis
- 2.3 Transparência e cooperação na gestão de matérias primas
- 2.4 Produtos com o menor impacto possível

O segundo ponto que merece atenção na gestão de recursos naturais em programas de suprimentos responsáveis é o redesenho dos processos de extração e consumo desses recursos. Nesse contexto, é importante que as empresas apresentem novas definições de qualidade de seus processos e produtos, promovam relações socioambientais responsáveis nas comunidades onde atuam, fomentem a transparência e a cooperação e invistam em produtos sustentáveis, garantindo sua credibilidade a partir de acordos, mesas redondas e certificações.

2.1 A natureza como stakeholder: uma nova definição de qualidade

O foco na diminuição de emissões de GEE e a necessidade de se redesenhar os processos de extração e consumo de recursos naturais incentiva as organizações a se atentarem para um de seus mais importantes *stakeholders*: a natureza.

Se levarmos em consideração que todas as organizações

estão de alguma maneira ligadas aos recursos naturais por meio de suas cadeias de suprimentos, então todas elas também têm a natureza como importante *stakeholder*. Diante da crise climática, a proximidade e relação com essa parte interessada está em um processo de reestruturação, principalmente por parte das empresas que dependem de matérias-primas como o solo, florestas, água e minerais. Nesses casos, o rastreamento desses insumos e a garantia de que sua extração ou produção não provoque danos aos ecossistemas e às pessoas impõe nova definição de qualidade aos produtos.

- Forjar uma nova definição de qualidade com base em
- critérios de sustentabilidade requer um trabalho com
- equipes responsáveis pelo suprimento de matérias-primas,
- pelo transporte, pela logística e pelos clientes. A partir dessa
- rede, a qualidade passa a se definir como maximizar o
- impacto positivo na extração e processamento de matérias
- primas. Ou seja, ter a natureza como *stakeholder* impõe
- redefinir a qualidade dos produtos com base nos impactos
- positivos que sua extração e processamento podem gerar.

A **AAK**, fornecedora global de óleos e gorduras especiais a base de óleos vegetais, por meio do programa *Better Sourcing*, se compromete a colaborar com seus fornecedores para garantir que as matérias-primas sejam produzidas de forma sustentável, protegendo a biodiversidade e os ecossistemas e reduzindo o impacto ambiental da empresa, ao mesmo tempo em que salvaguarda os direitos humanos e as fontes de renda das

pessoas. Para trabalhar de forma holística com os desafios que enfrenta, a **AAK** interage com suas cadeias de suprimentos por meio de três abordagens interligadas:

- compreensão aprofundada da base dos suprimentos;
- elaboração de um plano de ação engajando fornecedores;
- avaliação e monitoramento do plano desenvolvido.

Compreensão aprofundada da base dos suprimentos

Toda empresa precisa compreender a fundo sua base de suprimentos. Para isso, o investimento em rastreabilidade, mapeando e monitorando todas as matérias-primas, buscando compreender o contexto de países, regiões, jurisdições, produção e suas agriculturas é fundamental. Rastreabilidade e monitoramento contribuem para a avaliação de riscos e ajudam as empresas a identificar e priorizar as questões mais importantes, focando na busca por impacto positivo. Entender riscos, requerimentos e *gaps*.

Elaboração de um Plano de Ação engajando fornecedores

As atividades e prioridades de mitigação de riscos são definidas em etapas. O planejamento envolve relações com fornecedores, agricultores (por exemplo, por meio de formação e educação), bem como atividades que a empresa desenvolve para além de sua base de fornecimento.

Avaliação e monitoramento - *driving impact beyond supply base*

Os fornecedores devem aderir e assinar a Política e o Código de Conduta do Grupo **AAK** para o Fornecimento Responsável

de Óleos Vegetais. A **AAK** avalia seus fornecedores por meio de questionários, certificações, boas práticas de produção, visitas técnicas, *due diligence* e monitoramento de satélite nas plantações. Essas ações objetivam aumentar a compreensão e o engajamento com compromisso dos fornecedores e agricultores com o desenvolvimento ambiental e social sustentáveis.

Todos os fornecedores **AAK** precisam ser membros do Sedex, uma plataforma de dados em sustentabilidade que avalia as cadeias de suprimentos, permitindo às empresas terem maior visibilidade sobre a cadeia, avaliarem riscos, reportarem dados e estarem em conformidade com a legislação. Como membros da plataforma, fornecedores são auditados pela SMETA (*Sedex Members Ethical Trade Audit*), uma auditoria que ajuda empresas a compreenderem condições de trabalho, saúde e segurança, desempenho ambiental e ética em suas próprias operações ou nas instalações de um fornecedor. Gerando um banco de dados, a plataforma permite o acompanhamento do progresso de um fornecedor com relação a essas informações.

As auditorias são realizadas por empresas auditoras aprovadas pela Plataforma Sedex¹¹ e são acompanhadas por Planos de Ação Corretiva que contribuem para a melhoria do desempenho dos fornecedores. A auditoria SMETA foi concebida para ajudar a proteger os trabalhadores de condições inseguras, excesso de trabalho, discriminação, baixos salários e trabalho forçado. Ao fazerem parte dessa plataforma, fornecedores se comprometem a apresentar informações trabalhistas, inclusive de terceiros.

¹¹ <http://sedex.com>

- Compreensão aprofundada da base de suprimentos,
- elaboração de um plano de ação envolvendo fornecedores
- e promoção de avaliações e monitoramento são ações
- que resultam tanto em diminuição de riscos, quanto em
- práticas responsáveis de fornecimento.

Na **AAK**, essas ações se desdobram em um bom fornecimento de todos os óleos vegetais como: óleo de amêndoa de karité, óleo de palma, óleo de coco e óleo de soja.

Pelo melhor fornecimento de karité

Há mais de 60 anos, a **AAK** é compradora de amêndoas de karité, uma cultura propícia para sistemas agroflorestais. Crescendo principalmente na África Ocidental, o karité é uma importante fonte de renda para as comunidades, sobretudo para as mulheres que vivem nessa região. Nesse contexto, desde 2009, a **AAK** trabalha em estreita colaboração com comerciantes de karité, bem como com grupos de mulheres, para ajudar a melhorar condições de vida e garantir boas práticas comerciais. Presentes principalmente na região de Kolo Nafaso, atualmente quase 320 mil mulheres estão envolvidas no programa da **AAK** que contribui para diminuição da pobreza, empoderamento feminino local e na recuperação de ecossistemas.

Pelo melhor fornecimento de palma

O principal desafio da indústria do óleo de palma é comprar de áreas de cultivo livres de desmatamento, garantindo ainda pleno respeito aos direitos humanos. Erradicar a produção não

sustentável exige uma transformação contínua do mercado e de todas as partes interessadas da cadeia de valor. Para estimular esse processo, a **AAK** é co-fundadora (2004) da *Roundtable on Sustainable Palm Oil* (RSPO), uma organização que hoje é o padrão da indústria para o óleo de palma sustentável certificado.

Pelo melhor fornecimento de óleo de coco

O cultivo dos coqueiros é uma atividade de longo prazo, já que as espécies levam pouco mais de uma década para amadurecer completamente. A **AAK** atua nas seguintes frentes para atender o melhor fornecimento de óleo de coco:

- Melhorar os meios de subsistência dos agricultores e manter o seu interesse no cultivo de cocos, melhorando o acesso aos recursos;
- Modernizar a indústria do coco;
- Aumentar a renda dos pequenos agricultores;
- Melhorar os meios de subsistência dos pequenos agricultores,
- Melhorar a rastreabilidade da cadeia de abastecimento;
- Prevenir o desmatamento e mitigar as mudanças climáticas;
- Fortalecer a participação da empresa na rede *The Sustainable Coconut Partnership*.

A **AAK** é membro fundador da rede *The Sustainable Coconut Partnership*, que visa melhorar os meios de subsistência dos agricultores, diminuir a pegada de carbono do cultivo e processamento de cocos e aumentar a oferta para satisfazer a crescente procura global.

Pelo melhor fornecimento de soja

O óleo de soja é uma das commodities mais versáteis, com grande número de aplicações, especialmente na indústria de alimentos. Os maiores consumidores são China, EUA, Argentina e Brasil. Junto com a Índia, esses países também são os maiores produtores mundiais. Em termos de volume, o óleo de soja é uma matéria-prima relativamente pequena para a **AAK**. No entanto, uma vez que existem riscos de sustentabilidade na produção da soja, especialmente relacionados com o desmatamento, a empresa se empenha em ajudar a construir cadeias 100% rastreadas e livres de desmatamento até 2025.

No Brasil, a **AAK** está atenta aos produtores signatários da Moratória da Soja, uma iniciativa que tem como objetivo assegurar que a soja, produzida no bioma Amazônia e comercializada pelos seus signatários, esteja livre de desmatamento ocorrido após 22 de julho de 2008. A governança e operação são de responsabilidade do Grupo de Trabalho da Soja (GTS) constituído pelas empresas associadas à ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e à ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais).

Toda soja consumida na **AAK** do Brasil é certificada RTRS – *Round Table on Responsible Soy*, fundada em 2006 em Zurique, na Suíça. A RTRS é uma associação internacional sem fins lucrativos que promove o crescimento da produção, do comércio e do uso de soja responsável.

2.2 Dinâmicas socioambientais responsáveis

Quando o assunto é o simultâneo consumo e conservação de recursos naturais, os exemplos apresentados demonstram que as iniciativas produtivas precisam trabalhar simultaneamente dinâmicas socioambientais responsáveis e a transparência e cooperação na gestão de matérias-primas.

- A concepção de qualidade de matéria-prima com base em
- um consumo responsável de recursos naturais e garantia
- de direitos humanos tem como fundamento a promoção
- de dinâmicas socioambientais responsáveis: prósperas,
- inclusas e colaborativas.

Experiências ao redor do mundo mostram que êxito é atingido quando essas iniciativas são capazes de aliar crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. Não raramente, uma grande parte da extração de recursos naturais utilizada pela indústria ocorre em locais socialmente frágeis ou economicamente vulneráveis. Em muitas áreas de extração de recursos naturais ao redor do mundo predominam pobreza, baixa articulação institucional, baixa influência em instâncias de poder.

Apenas recentemente, algumas empresas começaram a olhar para esses fatores e perceber como suas operações poderiam manter, agravar ou melhorar esses contextos. Um dos importantes pontos notados é que mudanças institucionais são necessárias para fortalecer estruturas originalmente frágeis.

- Preservar os recursos naturais em um contexto econômico
- produtivo requer fortalecer instituições e uma coesão
- social para tal finalidade. E o trabalho das empresas precisa
- necessariamente caminhar nessa direção, promovendo
- arranjos de governança inclusos e colaborativos.

Isso requer investimentos em processos de longo prazo que promovam a interação de atores em áreas críticas como:

- governança de recursos naturais que oferecem oportunidade política e econômica para todos;
- desenvolvimento econômico incluso e diverso, estimulando a formação e permanência de estruturas produtivas descentralizadas e diversificadas, com pequenas e médias empresas, com encadeamento produtivo com serviços e oportunidades locais;
- investimentos voltados para interesses coletivos (da população local).¹²

2.3 Transparência e cooperação na gestão de matérias-primas

Os recursos naturais são a base dos processos industriais. O que se busca atualmente é construir cadeias de suprimentos que extraiam menos recursos naturais e que os consumam da maneira mais eficiente possível (produzindo com cada vez menos recursos). Mapear o trajeto e os processos desses materiais ao

¹² <https://humana.net.br/mecanismos-financeiros-e-desenvolvimento-territorial-modelos-de-gestao-e-programas-de-transferencia-de-renda-para-uma-nova-relacao-entre-empresas-e-comunidades/>

longo das cadeias é um grande desafio para qualquer indústria. É, no entanto, um desafio necessário para se criar novas definições de qualidade e valor de matéria-prima, contribuindo para o redesenho dos processos de extração e consumo de recursos naturais.

- Novas definições de qualidade de matéria-prima também
- requerem novas definições de valor nos processos
- produtivos.

As ações necessárias para o redesenho dos processos de extração e consumo de recursos naturais podem ser bastante reforçadas na medida em que as organizações ajudam a promover a transparência e a cooperação entre os diferentes *players* da cadeia. Isso impõe a necessidade de um olhar que transpasse as ações individuais de uma empresa e promova atividades conjuntas entre diferentes organizações.

- Empresas líderes em seus setores mostram que sua
- participação em associações que visam estabelecer
- padrões rigorosos de responsabilidade é etapa
- indispensável na gestão sustentável de recursos naturais.
- O diálogo entre empresas que dependem das mesmas
- matérias-primas é crucial para incentivar *stakeholders*
- a continuamente promover boas práticas ambientais e
- sociais.

Os metais e minerais, por exemplo, são recursos naturais de extrema importância para as mais diferentes indústrias. Nos próximos anos, serão ainda mais demandados por conta da eletrificação do transporte e do aumento na tecnologia digital. Isso impõe grandes desafios à mineração, uma atividade conhecida por altos impactos negativos, tanto na área ambiental, quanto no âmbito social. São impactos sociais e ambientais relacionados à extração de recursos naturais necessários à fabricação de baterias. A mineração de matérias primas para baterias, como o cobalto e o lítio, gera significativo impacto negativo no ambiente e nas comunidades e tem sido associada a más condições de trabalho e a violações dos direitos humanos, como o trabalho infantil.

Várias indústrias vêm se mobilizando nas últimas décadas para garantir a sustentabilidade nas cadeias que utilizam metais e minerais, algo que demonstra a importância de ações entre empresas, sejam elas do mesmo setor ou não. Exemplos são *Responsible Mining Initiative*, *Initiative for Responsible Mining Assurance*, *Responsible Mineral Assurance Process*.

A interlocução entre diferentes organizações também ajuda a desenvolver requisitos em que a sustentabilidade é elemento-chave da estratégia de compras. Ela alimenta uma gestão da cadeia focada na identificação, avaliação e mitigação de riscos para os direitos humanos e fornecimento responsável de recursos naturais.

2.4 Produtos com o menor impacto possível

O redesenho dos processos de extração e consumo de recursos naturais também pode ser impulsionado pela criação de produtos sustentáveis e pelo papel que as certificações podem ter na credibilidade desses novos produtos.

- Os produtos sustentáveis trazem como valor a gestão responsável de recursos naturais e humanos, mas é fato que ainda dependem de grande investimento para ganharem maiores fatias dos mercados. Investimentos em pesquisa, desenvolvimento de fornecedores, formação de novos parceiros e garantia de origem responsável são fundamentais no processo.

Estratégias para a fabricação de produtos que ajudam a garantir a origem sustentável e aumentar a participação no mercado são apresentadas pela **Autoliv** e pela **Tetra Pak**.

A **Autoliv** segue sua filosofia “Um Produto, Um Processo” (1P1P) com o objetivo de impulsionar a padronização global de produtos, melhorar e simplificar processos. O 1P1P apoia os objetivos de sustentabilidade na medida em que reduz a complexidade da produção através da diminuição do número de variantes e processos, ao mesmo tempo que minimiza o desperdício e o impacto ambiental imposto pelo uso de insumos e pela logística. Um exemplo é o projeto 1P1P de cadarços para cintos de segurança *Ecotech*. O projeto trouxe uma redução no número de cintas de 9 modelos para 1 modelo, ajudando

a consolidar matéria-prima e fornecedores. Para a empresa, a redução da complexidade apoia o objetivo de melhorar a sustentabilidade de seus produtos e processos

Em suas unidades globais e também no Brasil, a **Autoliv** deixou de utilizar em seus produtos tintas a base de solventes, comprando apenas tinta a base de água. além de redefinir seu leque de fornecedores, foi importante estabelecer uma comunicação clara com seus clientes sobre essas alterações, já que os processos e prazos de produção também se alteraram.

Um dos maiores desafios na criação de produtos mais sustentáveis é não apenas trabalhar com fornecedores para implementar essas inovações, como também dialogar com clientes acerca dos custos e mudanças que os novos processos podem trazer. A **Autoliv** também tem desenvolvido pesquisas para aumentar a porcentagem de materiais reciclados (como o magnésio e plásticos) em seus produtos.

A importância das certificações

A **Tetra Pak** incorporou diligentemente práticas responsáveis de fornecimento em suas estratégias principais, garantindo a implementação dessas práticas em toda a cadeia de valor. Um pilar fundamental dessa abordagem é o esforço dedicado da empresa para obter papel-cartão que atenda aos padrões do *Forest Stewardship Council*[™] (FSC[™]), juntamente com seu investimento em polímeros renováveis com certificação Bonsucro ou reciclados e alumínio produzido de forma responsável.

Por que o papelão de origem responsável é importante

A **Tetra Pak** está comprometida em adquirir produtos apenas de áreas gerenciadas de forma sustentável e livres de desmatamento. Para garantir a origem, a rastreabilidade e a responsabilidade do papelão utilizado, a **Tetra Pak** compra material produzido a partir de madeira proveniente de florestas certificadas pelo *Forest Stewardship Council*[™] (FSC[™]) e de outras fontes controladas. Atualmente, a empresa utiliza o selo FSC Mix para seu papel-cartão, permitindo uma mistura de materiais provenientes de florestas certificadas pelo FSC-*Forest Management* (pelo menos 70%) e/ou madeira controlada pelo FSC.

- Utilizar menos plástico e mais papel por si só não é suficiente
- para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em
- linha com a meta de se manter o aumento da temperatura
- do planeta em 1,5 graus. Isso porque a dependência
- global de materiais à base de madeira pode aumentar
- o risco de degradação florestal e de desmatamento. O
- desmatamento é um dos principais impulsionadores da
- perda de biodiversidade e de emissões de GEE.

Por que os polímeros renováveis ou reciclados são importantes

Os polímeros utilizados em embalagens de alimentos e bebidas podem ser derivados de materiais vegetais, como a cana-de-açúcar, que são renováveis se obtidos de forma responsável. Nesses casos, os polímeros vegetais podem reduzir o impacto das embalagens nas alterações climáticas em comparação

aos materiais de embalagem tradicionais, como os plásticos derivados de combustíveis fósseis. Dessa forma, a empresa foi a primeira do setor de alimentos e bebidas a fornecer polímeros à base de plantas, utilizando os padrões Bonsucro para cana-de-açúcar sustentável.

Em 2015, a **Tetra Pak** foi globalmente a primeira empresa em seu setor a lançar uma embalagem feita inteiramente de materiais renováveis de origem vegetal (papelão e polímeros de origem vegetal). Com esse desenvolvimento, a empresa vendeu no mundo 24% mais embalagens (8,8 bilhões) e 12% mais tampas (11,9 bilhões) feitas com plástico de origem vegetal em 2022, em comparação a 2021. Ao mesmo tempo, diminuiu significativamente suas emissões de carbono (131 toneladas a menos de CO₂ equivalente) se comparado ao uso de plástico de origem fóssil. Todos os polímeros vegetais feitos de cana-de-açúcar – usados em camadas plásticas e tampas das embalagens – são 100% certificados pela Bonsucro.

Chave para o sucesso do Tetra Rex foi o envolvimento da **Tetra Pak** com fornecedores. A empresa trabalhou em estreita colaboração com seus parceiros na cadeia de fornecimento para garantir que os materiais brutos utilizados, como os plásticos biodegradáveis feitos de cana-de-açúcar e o papel-cartão certificado pelo Forest Stewardship Council™ (FSC™), fossem obtidos de forma responsável e sustentável. Essa colaboração foi fundamental para garantir um fornecimento constante de materiais sustentáveis que atendessem aos rigorosos padrões de qualidade e ambientais da **Tetra Pak**.

A **Tetra Pak** também tornou-se o primeiro *player* de embalagens cartonadas na indústria de alimentos e bebidas a lançar uma tampa utilizando polímeros reciclados certificados. Isso contribuiu para que a empresa atingisse metas de maior utilização de materiais reciclados.

Os polímeros reciclados são certificados pela *Roundtable on Sustainable Biomaterials* (RSB) e pela *International Sustainability & Carbon Certification* (ISCC). De acordo com os requisitos de certificação, estes plásticos são feitos a partir de uma mistura de materiais reciclados e não reciclados, sendo que os materiais reciclados são rastreados ao longo de toda a cadeia de suprimentos Tetra Pak.

Por que alumínio responsável é importante

Critérios rigorosos de responsabilidade no fornecimento de alumínio podem ajudar a proteger essa matéria-prima escassa, controlar seu uso em embalagens e ajudar a minimizar os impactos negativos no meio ambiente e na sociedade. Com a crescente procura de alumínio em todo o mundo, é necessário mitigar os impactos ambientais e sociais associados à extração e processamento desse recurso. Para contribuir com esse propósito, a **Tetra Pak** é uma das fundadoras do *Aluminum Stewardship Initiative* (ASI), uma organização global sem fins lucrativos que estabeleceu um padrão global e certificação abordando emissões de GEE, uso de água, proteção da biodiversidade, direitos humanos e trabalhistas. Os fornecedores de folhas de alumínio da **Tetra Pak** são obrigados a tornarem-se membros e serem certificados de acordo com os padrões exigidos pela ASI.

3. Por uma governança colaborativa

- Um programa de suprimentos responsáveis é, sobretudo,
- um modelo de governança colaborativa e se traduz no
- trabalho em equipe pela cadeia de valor.

A construção de cadeias produtivas responsáveis é uma abordagem imprescindível na transição rumo a uma economia menos exploratória. Implementar melhorias sociais, ambientais e de transparência nos elos das cadeias não é algo abstrato: envolve incorporar no dia a dia das empresas a noção de *stewardship*, de atenção e cuidado baseada em uma governança colaborativa a favor da sustentabilidade ambiental e social.

Essa governança colaborativa é especialmente importante para o Brasil, país que tem condições de ser protagonista na transição rumo a uma economia verde e de baixo carbono. As empresas que aqui atuam podem contribuir para esse protagonismo e se beneficiar dele. O trabalho coletivo, no entanto, precisa considerar que a oportunidade em países com grandes ativos ambientais só poderá ser alcançada quando houver simultânea atenção para os passivos sociais.¹³

No Brasil, a construção de cadeias de suprimentos responsáveis pode usufruir de uma ampla gama de recursos naturais renováveis, mas precisa simultaneamente se atentar para a melhoria das condições de vida e a qualidade da economia. Isso significa desenvolver produtos de valor agregado com ênfase

13 https://cebds.org/wp-content/uploads/2023/06/CARTA_PlanoTransicaoE-co_revisada.pdf

na sociobiodiversidade e na neutralidade climática, sem perder a oportunidade de inclusão e ganhos sociais.

Nesse sentido, o tema dos suprimentos responsáveis não poderia ser mais importante. Ao se atentarem para a responsabilidade em suas cadeias de valor, diversas organizações participam da redefinição dos valores que regem os processos produtivos e as transações comerciais. As empresas suecas que contribuíram com informações para a construção deste Manual, a Câmara de Comércio Sueco-Brasileira e a Embaixada da Suécia no Brasil acreditam nos benefícios que esse protagonismo pode trazer para ambos os países e para o mundo.